



Icatu Seguros S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026



Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	07
Balanços patrimoniais.....	12
Demonstrações dos resultados.....	14
Demonstrações dos resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	18
Resumo do relatório do comitê de auditoria	82
Conselho de administração	86

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

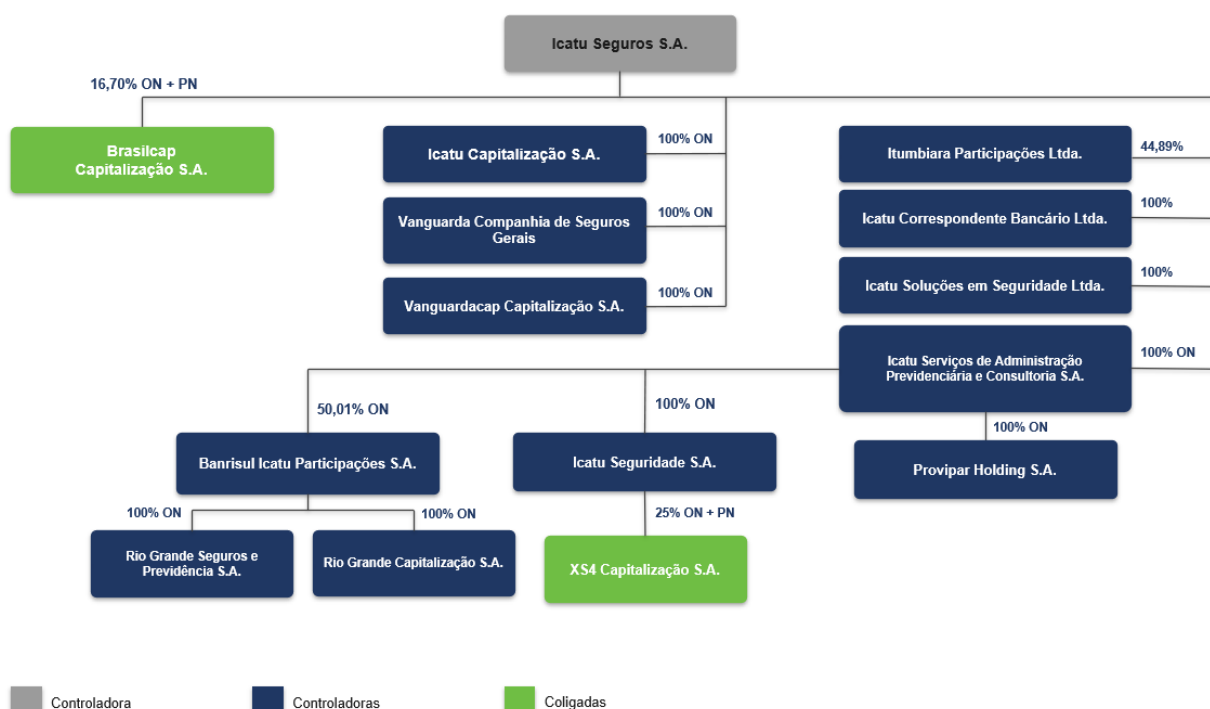
Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. suas controladas e coligadas, conforme demonstrado a seguir:



2. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no ano anterior, como podemos ver a seguir:

2.1. Operação e patrimônio

Em 30 de junho de 2026, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 59.692.872 (R\$ 56.595.697 em 31 de dezembro de 2025), representando um aumento de 5,47% em relação a 2025. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2026, atingiu o montante de R\$ 2.212.470 (R\$ 2.048.146 em 31 de dezembro de 2025), representando um aumento de 8,02%, que poderia ser maior não fosse o pagamento de R\$ 145.465 de dividendos em 30 de junho de 2026 (R\$ 215.000 em 30 de junho de 2026).

2.1.1. Seguros

No primeiro semestre de 2026, os prêmios emitidos foram de R\$ 2.727.967 (R\$ 2.425.453 no mesmo período do ano anterior) representando um aumento de 12,47% (21,94% no mesmo período do ano anterior).

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 832.717 no primeiro semestre de 2026 (R\$ 764.474 no mesmo período do ano anterior). O índice de sinistralidade ficou em 31,98% em 2026 (34,62% no mesmo período do ano anterior).

Os custos de aquisição foram de R\$ 922.024 no primeiro semestre de 2026 (R\$ 763.246 no mesmo período do ano anterior). O índice de comissionamento ficou em 35,41% em 2026 (34,57% no mesmo período do ano anterior).

2.1.2. Previdência

Durante o primeiro semestre de 2026, as rendas com taxa de gestão foram de R\$ 78.391 (R\$ 51.376 no mesmo período do ano anterior), um aumento de 52,58% (um aumento de 15,72% no mesmo período do ano anterior). Os custos de aquisição foram de R\$ 38.466 (R\$ 48.201 no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 20,20% (redução de 8,48% no mesmo período do ano anterior).

Durante o primeiro semestre de 2026, a captação líquida na linha de previdência foi positiva em R\$ 922.958 (negativa em R\$ 1.477.388 no mesmo período do ano anterior), sendo R\$ 4.335.647 (R\$ 5.060.104 no mesmo período do ano anterior) de valores que ingressaram na Companhia em contribuições e portabilidades de entrada, e R\$ 3.412.689 (R\$ 6.537.492 no mesmo período do ano anterior) de valores que saíram da Companhia por resgates e portabilidades de saída. Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 54.539 no primeiro semestre de 2026 (R\$ 47.546 no mesmo período do ano anterior).

2.2. Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2026, as despesas administrativas foram de R\$ 328.485 (R\$ 288.755 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 13,76% (aumento de 10,00% no mesmo período do ano anterior). A Companhia manteve seus investimentos na atualização de sistemas, na customização de plataformas e canais digitais voltados ao atendimento de parceiros, além de direcionar recursos para projetos regulatórios relevantes, com destaque para a implementação do IFRS 17 – *Insurance Contracts* e o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

2.3. Resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2026, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 201.823 (R\$ 126.864 no mesmo período do ano anterior), aumento de 59,09% em comparação ao

mesmo período do ano anterior, representando 7,75% dos prêmios ganhos (5,75% no mesmo período do ano anterior). A variação decorre, principalmente, do crescimento da operação, do aumento da taxa SELIC efetiva e dos índices de inflação em relação a 2025.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 499.650 (R\$ 596.440 em 31 de dezembro de 2025), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 120% (111% em 31 de dezembro de 2025).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2026, o Grupo Icatu avançou na consolidação da agenda ASG, fortalecendo a governança, a transparência e a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais marcos do período destacam-se a publicação do seu segundo Relatório de Sustentabilidade; o aprimoramento da gestão de riscos ASG; a realização da segunda edição do Programa de Mentoria Feminina; a disponibilização do primeiro produto enquadrado como sustentável, em conformidade com a Resolução CNSP nº 473/2024; a evolução da gestão de resíduos na matriz, com foco na redução da geração e na destinação correta; e a ampliação do Programa de Voluntariado.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores, a valorização das pessoas e a equidade de gênero seguiram como prioridades da Companhia. Os princípios de equidade estão incorporados ao Código de Ética e Conduta, que estabelece o repúdio a qualquer forma de assédio e discriminação e orienta as principais práticas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, desenvolvimento, remuneração e reconhecimento por mérito.

O Grupo Icatu manteve, ao longo do primeiro semestre de 2026, o foco na promoção da equidade de gênero. As mulheres representavam 49,08% do quadro total de colaboradores do Grupo Icatu (49,32% em 31 de dezembro de 2025). Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,69% (27,87% em 31 de dezembro de 2025); na média gestão, 48,33% (48,32% em 31 de dezembro de 2025); e, no nível operacional, 49,87% (50,07% em 31 de dezembro de 2025).

No mesmo período, as mulheres representaram 48,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 31 de dezembro 2025 (50,28%). Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 20,00% das novas contratações (100% em 31 de dezembro de 2025); na média gestão, 64,29% (42,86% em 31 de dezembro de 2025); e, no nível operacional, 47,62% (50,28% em 31 de dezembro de 2025).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	30/06/2026			30/06/2025		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.012	2.648	16.661	13.294	2.457	15.751
Masculino	18.071	4.451	22.522	16.088	3.847	19.935
Total	32.083	7.099	39.182	29.382	6.303	35.685

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -2,26 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 909 nos componentes remuneratórios.

Além desses avanços, o Grupo Icatu foi reconhecido pelo Instituto MESC como Melhor Empresa em Satisfação do Cliente 2026 nos segmentos de Previdência e Capitalização, reconhecimento que reforça o compromisso da Companhia com a excelência na experiência dos clientes.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia retornou à sociedade R\$ 853.345 em sinistros pagos (R\$ 741.664 no mesmo período do ano anterior), R\$ 153.046 em verbas salariais aos colaboradores (R\$ 132.248 no mesmo período do ano anterior), R\$ 43.582 pagos à serviços de terceirizados (R\$ 48.081 no mesmo período do ano anterior), além de R\$ 149.307 em tributos indiretos (R\$ 80.350 no mesmo período do ano anterior) e R\$ 129.972 em tributos diretos (R\$ 67.029 no mesmo período do ano anterior).

4. Auditores independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2026, brutos de tributos, totalizam R\$ 3.380 (R\$ 3.227 no ano de 2025), referentes à auditoria das demonstrações financeiras, requeridos pelo órgão regulador.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e Icatu Seguridade S.A., anualmente.

5. Agradecimentos

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2026.

A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Icatu Seguros S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

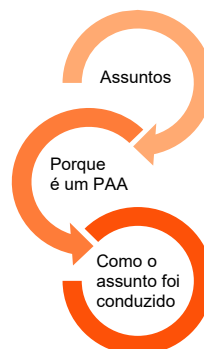
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.16, 3.17, 21 e 22) A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdências, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios. Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Para a PMBaC testamos a integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o primeiro semestre; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP). Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Icatu Seguros S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

"Este documento será assinado eletronicamente por meio da ferramenta DocuSign (www.docusign.com.br), nos termos do art. 100, § 20, da Medida Provisória no 2.200-2/2001 e foi preparado na data indicada ao seu final, data esta que será considerada válida para todos os efeitos e fins de direito."

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			
CIRCULANTE		54.223.944	51.343.657
Disponível		121.837	141.737
Caixa e bancos		121.837	141.737
Equivalente de caixa	Nota 5.3	14.719	10.483
Aplicações	Nota 5	52.703.710	49.709.427
Créditos das operações com seguros e resseguros		586.360	677.488
Prêmios a receber	Nota 6	520.289	600.253
Operações com seguradoras		4.830	5.877
Operações com resseguradoras	Nota 7	61.241	71.358
Créditos das operações com previdência complementar		163	150
Valores a receber		163	150
Outros créditos operacionais	Nota 8	121.458	109.040
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9	113.161	130.428
Títulos e créditos a receber		64.590	60.446
Títulos e créditos a receber	Nota 10	26.913	26.887
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	30.953	29.296
Outros créditos		6.724	4.263
Outros valores e bens		798	999
Outros valores		798	999
Despesas antecipadas		5.145	3.607
Custos de aquisição diferidos		492.003	499.852
Seguros	Nota 21	490.034	498.088
Previdência	Nota 22	1.969	1.764
NÃO CIRCULANTE		5.468.928	5.252.040
Realizável a longo prazo		4.380.503	4.287.801
Aplicações	Nota 5	3.016.376	2.878.603
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 9	51.719	63.633
Títulos e créditos a receber		471.330	551.111
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	199.167	287.065
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 25.3	272.163	264.046
Outros valores e bens	Nota 12.1	259.979	240.781
Empréstimos e depósitos compulsórios		3.864	3.864
Despesas antecipadas		8.814	1.735
Custos de aquisição diferidos		568.421	548.074
Seguros	Nota 21	549.739	532.356
Previdência	Nota 22	18.682	15.718
Investimentos	Nota 13	543.065	471.898
Participações societárias		542.973	471.806
Outros investimentos		92	92
Imobilizado	Nota 14	39.786	28.494
Imóveis de uso próprio		89	89
Bens móveis		31.963	22.486
Outras imobilizações		7.734	5.919
Intangível	Nota 15	505.574	463.847
Outros intangíveis		505.574	463.847
TOTAL DO ATIVO		59.692.872	56.595.697

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE		11.143.849	10.697.309
Contas a pagar		380.267	409.568
Obrigações a pagar	Nota 16.1	64.158	105.660
Impostos e encargos sociais a recolher	Nota 17	41.069	60.516
Encargos trabalhistas		23.987	18.228
Impostos e contribuições	Nota 18	28.099	20.939
Outras contas a pagar	Nota 16.2	222.954	204.225
Débitos de operações com seguros e resseguros		278.406	411.445
Operações com seguradoras	Nota 19	7.923	6.231
Operações com resseguradoras	Nota 19	70.784	136.619
Corretores de seguros e resseguros	Nota 19	198.546	267.608
Outros débitos operacionais		1.153	987
Débitos de operações com previdência complementar		762	1.394
Contribuições a restituir		10	-
Débitos de resseguros		158	704
Outros débitos operacionais		594	690
Depósitos de terceiros	Nota 20	94.544	90.664
Provisões técnicas – seguros	Nota 21	6.848.329	6.464.986
Pessoas		1.755.596	1.729.717
Vida individual		121.690	54.759
Vida com cobertura por sobrevivência		4.971.043	4.680.510
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22	3.509.199	3.289.736
Planos não bloqueados		166.046	154.681
PGBL/PRGP		3.343.153	3.135.055
Outros débitos		32.342	29.516
Débitos diversos	Nota 12.1	32.342	29.516
NÃO CIRCULANTE		46.336.553	43.850.242
Contas a pagar		78.720	100.911
Obrigações a pagar	Nota 16.1.	76.571	98.829
Outras contas a pagar		2.149	2.082
Provisões técnicas – seguros	Nota 21	27.594.712	26.111.653
Pessoas		1.342.797	1.342.022
Vida individual		390.051	379.572
Vida com cobertura por sobrevivência		25.861.864	24.390.059
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 22	18.186.341	17.084.786
Planos não bloqueados		648.379	639.726
PGBL/PRGP		17.537.962	16.445.060
Outros débitos		239.594	331.624
Provisões judiciais	Nota 25.2	239.594	331.624
Débitos diversos	Nota 12.1	237.186	221.268
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 26	2.212.470	2.048.146
Capital social		675.927	640.350
Aumento de capital em aprovação		-	35.577
Reservas de lucros		1.340.492	1.485.957
Ajustes de avaliação patrimonial		(158.133)	(113.738)
Lucros acumulados		354.184	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.692.872	56.595.697

Demonstrações dos resultados

Para semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos		2.727.967	2.425.453
Contribuições para cobertura de riscos		8.503	8.241
Variação das provisões técnicas de prêmios		(132.438)	(225.753)
Prêmios ganhos	Nota 29.1	2.604.032	2.207.941
Sinistros ocorridos	Nota 29.2	(832.717)	(764.474)
Custos de aquisição	Nota 29.3	(922.024)	(763.246)
Outras despesas operacionais	Nota 29.4	(221.278)	(196.871)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		628.013	483.350
Receita com resseguro		77.406	68.137
Despesa com resseguro		(89.724)	(75.434)
Outros resultados com resseguro		1.078	1.955
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 29.5	(11.240)	(5.342)
Rendas de contribuições e prêmios		1.984.251	2.653.373
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(1.985.263)	(2.655.071)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 29.6	(1.012)	(1.698)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		78.391	51.376
Variação de outras provisões técnicas	Nota 29.7	(6.256)	(4.311)
Custo de aquisição	Nota 29.8	(38.466)	(48.201)
Outras despesas operacionais		(633)	(320)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		32.024	(3.154)
Despesas administrativas	Nota 29.9	(328.485)	(288.755)
Despesas com tributos	Nota 29.10	(157.248)	(86.620)
Resultado financeiro	Nota 29.11	201.823	126.864
Resultado patrimonial	Nota 13	158.043	173.201
RESULTADO OPERACIONAL		522.930	399.544
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	Nota 3.7	(5)	43
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		522.925	399.587
Imposto de renda	Nota 30	(73.660)	(34.243)
Contribuição social	Nota 30	(48.371)	(26.516)
Participações sobre o lucro		(46.710)	(49.563)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		354.184	289.265
Quantidade de ações	Nota 26.1	93.983.477	93.983.477
Lucro líquido do semestre por ação – R\$		3,77	3,08

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	354.184	289.265
Companhia	(41.298)	5.760
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	(42.193)	27.296
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA (Nota 5.4)	(70.322)	45.493
Efeito dos tributos – IRPJ	17.581	(11.373)
Efeito dos tributos – CSLL	10.548	(6.824)
Provisão Complementar de Cobertura – PCC	895	(21.536)
Principal	1.492	(661)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(597)	(20.875)
Efeito dos tributos – IRPJ	(373)	(13.047)
Efeito dos tributos – CSLL	(224)	(7.828)
Coligadas e/ou controladas	(3.097)	5.692
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	(8.229)	9.476
Efeito do imposto de renda e contribuição social	5.132	(3.784)
Efeito dos tributos – IRPJ	2.057	(2.365)
Efeito dos tributos – CSLL	3.075	(1.419)
Componentes do resultado abrangente	(44.395)	11.452
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	309.789	300.717

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2025	640.350	-	34.659	918	128.070	1.314.494	(110.200)	-	2.008.291
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	-	-	-	-	-	-	27.296	-	27.296
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	5.692	-	-
Provisão Complementar de Cobertura – PCC	-	-	-	-	-	-	(21.536)	-	-
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 29/01/2025	-	-	-	-	-	(55.000)	-	-	(55.000)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 23/05/2025	-	-	-	-	-	(160.000)	-	-	(160.000)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	289.265	289.265
Saldos em 30 de junho de 2025	640.350	-	34.659	918	128.070	1.099.494	(98.748)	289.265	2.094.008
Saldos em 1º de janeiro de 2026	640.350	35.577	-	-	135.185	1.350.772	(113.738)	-	2.048.146
Aumento de capital conf. AGE 23/12/2025 - Processo SUSEP nº 15414.675759/2025-12	35.577	(35.577)	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários – próprios	-	-	-	-	-	-	(42.193)	-	(42.193)
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	(3.097)	-	(3.097)
Provisão Complementar de Cobertura – PCC	-	-	-	-	-	-	895	-	895
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 30/04/2026	-	-	-	-	-	(145.465)	-	-	(145.465)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	354.184	354.184
Saldos em 30 de junho de 2026	675.927	-	-	-	135.185	1.205.307	(158.133)	354.184	2.212.470

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	354.184	289.265
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	40.285	36.889
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	(43)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	5	-
Despesas de juros e com arrendamento	1.558	1.822
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 13)	(158.043)	(173.201)
Custos de aquisição diferidos	(12.498)	(81.184)
Variação das provisões técnicas – seguros	4.811.759	6.574.480
Variação das provisões técnicas – previdência	2.677.892	2.695.848
Variação das provisões judiciais	22.550	14.611
Variação dos tributos sobre o lucro	75.719	30.994
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(3.202.378)	(1.756.709)
Créditos das operações de seguros e resseguros	91.128	(96.390)
Créditos das operações de previdência complementar	(13)	23
Ativos de resseguro	29.181	42.545
Créditos tributários e previdenciários	(1.657)	(1.517)
Ativo fiscal diferido	116.027	56.715
Depósitos judiciais e fiscais	(8.117)	(10.216)
Despesas antecipadas	(8.617)	(663)
Outros valores e bens	(18.997)	(11.902)
Outros ativos	(30.760)	(25.968)
Outras contas a pagar	(58.652)	(22.883)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(133.039)	(11.823)
Débitos de operações com previdência complementar	(632)	(898)
Depósitos de terceiros	3.880	(14.293)
Provisões técnicas – seguros	(2.945.357)	(4.970.637)
Provisões técnicas – previdência complementar	(1.356.874)	(2.380.575)
Provisões judiciais	(114.580)	(6.309)
Outros passivos	895	(21.536)
Débitos diversos	33.383	29.365
Caixa gerado pelas operações	208.232	185.810
Juros pagos	(1.558)	(1.822)
Recebimento de dividendos	83.779	149.798
Tributos sobre o lucro pagos	(68.558)	(22.261)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	221.895	311.525
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	-	50
Imobilizado	-	50
Pagamento pela compra:	(77.455)	(24.512)
Imobilizado	(17.272)	(9.268)
Intangível	(60.183)	(15.294)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(77.455)	(24.512)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(14.639)	(17.677)
Pagamento de dividendos	(145.465)	(215.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(160.104)	(232.677)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(15.664)	54.336
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	152.220	234.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	136.556	288.539

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Icatu Seguros S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o Grupo Icatu, com 87,06%, restando 12,94%, pertencentes às pessoas físicas.

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 13.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3. e 5.3.);

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.1.3. e 5.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2. e 5.2.);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.16., 21 e 22).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos;
- As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período;
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento dos planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados; e

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos e equivalente de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

O Grupo Icatu determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo Icatu faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

São classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. São medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são corrigidos de acordo com a legislação vigente.

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Outros valores e bens”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida em “Débitos diversos”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato e os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispendios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em “Ganhos e perdas com ativos não correntes”, no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de *softwares* de uso interno, e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Ganhos ou perdas do ativo não correntes”.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica “Resultado patrimonial”.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica “Resultado patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.10. Redução ao valor recuperável**3.10.1. Ativos financeiros**

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.10.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de ativos de resseguro (RdVR de resseguro) deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irrecuperabilidade de contas de ativos de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura de contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 30 de junho de 2026 a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 2.974 (R\$ 3.186 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10.1.2. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber e comissões a pagar

A Companhia decidiu constituir a Redução ao Valor Recuperável (RdVR) de prêmios a receber e comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação realizada indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser acompanhada da expectativa de não pagamento da respectiva comissão ao corretor, de modo a minimizar os impactos da perda estimada. Assim, a RdVR de prêmios a receber e comissões a pagar deverá ser constituída, preferencialmente, com base na experiência de perda histórica de agrupamentos desses valores, exclusivamente para riscos decorridos, ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito.

Nossa metodologia de cálculo observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por “faixa de *aging*”, sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior:

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias; e
- Grupo 4: faturas vencidas há mais de 360 dias.

Em 30 de junho de 2026, a partir da análise histórica, está sendo aplicado os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

Faixas	30/06/2026	31/12/2025
Faturas com 30 dias a vencer	0,13%	0,45%
Faturas vencidas há 60 dias	1,01%	4,53%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	33,11%	53,29%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	41,52%	61,21%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100,00%	100,00%

Em 30 de junho de 2026, a provisão de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber era de R\$ 9.258 (R\$ 10.685 em 31 de dezembro de 2025) e das comissões a pagar era de R\$ 5.229 (R\$ 5.671 em 31 de dezembro de 2025).

3.10.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia revisa periodicamente a recuperabilidade de seus ativos tributários diferidos, considerando a legislação vigente e a expectativa de realização futura.

Em função das alterações introduzidas pela Reforma Tributária, que prevê a substituição do PIS e da COFINS pela CBS, a Administração concluiu que os créditos tributários diferidos de PIS e COFINS constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes das provisões técnicas, incluindo a PSL e IBNR, deixaram de atender aos critérios de recuperabilidade, uma vez que sua realização estava condicionada à manutenção do atual regime de incidência dessas contribuições.

Dessa forma, a Companhia reconheceu a baixa desses ativos tributários diferidos no semestre de 30 de junho de 2026. O ajuste possui natureza exclusivamente contábil, não produzindo efeitos imediatos sobre o caixa ou sobre a liquidez da Companhia.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações fiscais, o valor das provisões até agosto de 2024 foi atualizado considerando a taxa

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

SELIC. A partir de setembro/2024 a correção monetária passou a ser feita pelo IPCA, quando não houver outro índice previsto no contrato ou em lei própria, acrescido de juros calculados pela Taxa Legal, que corresponde à aplicação da SELIC deduzida do IPCA ou de outro índice previsto no contrato ou em lei própria, conforme Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações fiscais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de “Provisões judiciais”.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos escritórios de advocacia externo em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.13. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano; e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o lucro líquido antes do imposto de renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

leva em consideração: (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia; e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.14. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos aos resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, conforme nota 3.10.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.15. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a comissão, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela Companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 20 meses.

3.16. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e pelo CPC 11 – Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.16.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) e Fundo Garantidor de Benefício (FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e, para os sinistros judiciais, as orientações da Lei nº 14.905/2024, desde a data de citação.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão, referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

- Os ajustes de IBNER administrativa, calculados conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos ainda pendentes e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- Os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.16.4. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente;
- (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes decorrem da exposição ao risco assim como os prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;
- (III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso; e
- (IV) Para parcerias recentes e produto de vida em regime de capitalização, em que inicialmente a Companhia entende que o perfil de sinistralidade será diferente da média da carteira ou de alguma outra parceria, o IBNR é calculado conforme sinistralidade esperada.

3.16.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG – RVNE) considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

- (I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 900 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses; e
- (II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se o comportamento histórico de atraso das últimas “n” emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG – RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os prêmios a receber de parcelas não vencidas podem ser deduzidos da PPNG através dos direitos creditórios, que representam ativos garantidores baseados na proporção do risco a decorrer, conforme regras da circular SUSEP nº 648/2021.

3.16.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.16.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR/PDC)

A Provisão de Despesas Relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos relacionados ao pagamento dos benefícios, sindicâncias necessárias para a regulação e honorários de sucumbência.

3.16.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.16.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.17.

3.17. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Para as obrigações decorrentes de prêmios registrados, os fluxos de caixa são considerados brutos de resseguro. Já para as obrigações relacionadas aos prêmios não registrados, os fluxos de caixa são considerados líquidos dos respectivos fluxos de resseguro. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, as insuficiências identificadas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas.

O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros – ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base das Demonstrações. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes e as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram considerados os seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade	
	30/06/2026	31/12/2025
Vida em grupo	45,47%	48,49%
Prestamista	28,03%	29,02%
Acidentes pessoais	30,74%	30,12%
Vida individual	11,56%	15,14%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplicam-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na Companhia.

Em relação ao sinistro os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 8 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da Companhia.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.17.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- (I) Previdência tradicional e vida inteira;
- (II) Benefícios concedidos;
- (III) PGBL/VGBL, VRGP e FGB; e
- (IV) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.17.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

Em 30 de junho de 2026, o valor registrado no ORA, líquido dos impostos diferidos é R\$ 31.868 (R\$ 30.973 em 31 de dezembro de 2025) decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros.

3.17.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 30 de junho de 2026 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa, assim como em 31 de dezembro de 2025. Sendo assim, não houve valor a ser provisionado na PCC.

3.18. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.19. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.6.

3.20. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado,

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.21. Novas normas e leis

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.21.1. IFRS 17/ CPC 50

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.21.2. Decreto-Lei nº 12.499/2025 - Incidência de IOF

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. As principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual;
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas; e
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia colocou em produção a primeira fase de adequações sistêmicas visando atender o prazo legal e agora segue implementando melhorias até que tenha um processo robusto adaptado, previsto para o fim de 2026, quando o IOF será extinto.

3.21.3. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas do exercício de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.21.4. Reforma Tributária sobre o Consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, teve início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela receita federal, pelos estados, pelos municípios e pelo comitê gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei e está totalmente adaptada ao novo padrão alfanumérico do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.21.5. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na *IFRS 9 – Financial Instruments* (CPC 48) e na *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21.6. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

3.21.7. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Icatu consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo Icatu.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

- (I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e
- (II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
 - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu; e
 - A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *Standard and Poor's* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, é utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2026, R\$ 3.314.570, correspondentes a 70,04% (R\$ 3.177.299 correspondentes a 69,03% em 31 de dezembro de 2025) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 147.004 (R\$ 84.778 em 31 de dezembro de 2025). Em 30 de junho de 2026, há R\$ 1.169 em bloqueio judicial (R\$ 1.228 em 31 de dezembro de 2025), alocados em Operações Compromissadas.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 51.002.258 (R\$ 47.995.950 em 31 de dezembro de 2025).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 523.447 em 30 de junho de 2026 (R\$ 638.038 em 31 de dezembro de 2025). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2026				
Rating	Letra financeira	Debênture	CDB	Total
AAA	149.666	163.220	30.110	342.996
AA+	-	91.678	5.019	96.697
AA	-	61.362	-	61.362
AA-	-	100.616	-	100.616
A+	-	49.098	-	49.098
A	-	68.509	-	68.509
A-	-	3.842	-	3.842
B	-	3.266	-	3.266
RD	-	1.063	-	1.063
D	-	4.857	-	4.857
ND	-	14.051	-	14.051
Total	149.666	561.562	35.129	746.357

31/12/2025					
Rating	Letra financeira	Debênture	CDB	CRI	Total
AAA	143.089	198.263	-	-	341.352
AA+	-	69.939	5.125	-	75.064
AA	-	38.967	-	-	38.967
AA-	-	101.572	-	-	101.572
A+	-	35.949	-	-	35.949
A	-	63.760	-	-	63.760
A-	-	9.291	-	-	9.291
BB+	-	1.329	-	-	1.329
CCC-	-	309	-	-	309
ND	-	31.628	-	1.996	33.624
Total	143.089	551.007	5.125	1.996	701.217

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos, devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de riscos.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.10.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 30 de junho de 2026:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo Ressegurador	Rating	30/06/2026		31/12/2025	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	1.119	0,49%	86	0,03%
Admitida	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	9.104	4,03%	20.180	7,60%
Eventual	A- pela <i>Standard & Poor's</i>	-	0,00%	70	0,03%
Eventual	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	175	0,08%	325	0,12%
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	2.597	1,15%	2.559	0,96%
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	27	0,01%	59.967	22,59%
Local	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	66.879	29,58%	71.682	27,01%
Local	A- pela A. M. Best Company	62.385	27,59%	110.550	41,66%
Local	B++ pela A. M. Best Company	83.835	37,07%	-	0,00%
Total		226.121	100,00%	265.419	100,00%

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado não é aplicável.

Os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da solvência das empresas. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre a solvência tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

No quadro a seguir, é apresentado o impacto de um choque paralelo de 100 bps nas taxas de juros, segregado por fator de risco, sob as óticas do Patrimônio Líquido e Resultado:

Fatores de Risco	30/06/2026		31/12/2025	
	Patrimônio Líquido	Resultado	Patrimônio Líquido	Resultado
IPCA	(144.029)	(11.624)	(142.155)	(13.808)
IGPM	(5.972)	-	(6.347)	-
Pré-fixado	2	2	(1.114)	(1.114)

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

30/06/2026				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	121.837	-	-	121.837
Equivalente de caixa	14.719	-	-	14.719
Aplicações financeiras	20.990.118	5.098.311	29.631.657	55.720.086
Crédito das operações	586.523	-	-	586.523
Ativos de resseguro – provisões técnicas	113.253	18.278	33.349	164.880
Títulos e créditos a receber	64.590	471.330	-	535.920
Total de ativos	21.891.040	5.587.919	29.665.006	57.143.965
Contas a pagar	380.277	78.720	-	458.997
Provisões técnicas	10.357.527	10.543.446	35.237.608	56.138.581
Débito das operações	279.158	-	-	279.158
Depósitos de terceiros	94.544	-	-	94.544
Total de passivos	11.111.506	10.622.166	35.237.608	56.971.280

31/12/2025				
Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	141.737	-	-	141.737
Equivalente de caixa	10.483	-	-	10.483
Aplicações financeiras	20.336.197	5.243.103	27.008.730	52.588.030
Crédito das operações	677.638	-	-	677.638
Ativos de resseguro – provisões técnicas	130.428	16.029	47.604	194.061
Títulos e créditos a receber	60.446	551.111	-	611.557
Total de ativos	21.356.929	5.810.243	27.056.334	54.223.506
Contas a pagar	409.568	100.911	-	510.479
Provisões técnicas	9.754.723	9.844.160	33.352.278	52.951.161
Débito das operações	9.754.723	9.844.160	33.352.278	52.951.161
Depósitos de terceiros	90.664	-	-	90.664
Total de passivos	10.667.794	9.945.071	33.352.278	53.965.143

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance*

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou que podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, o Grupo Icatu diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu e formalizadas na política de subscrição e de resseguros. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguros e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2026						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	112.260	167.499	28.837	452.232	626.958	1.387.786
Prestamista	4.009	66.543	1.766	84.872	298.582	455.772
Acidentes pessoais	4.139	11.191	9.736	228.366	122.125	375.557
Vida individual	4.184	14.206	11.621	195.405	13.868	239.284
Rural	-	-	-	1.671	135.091	136.762
Outros	180	3.092	71	4.571	957	8.871
Total seguros	124.772	262.531	52.031	967.117	1.197.581	2.604.032
Previdência	31.869	78.528	1.694	1.110.062	762.098	1.984.251
Total previdência	31.869	78.528	1.694	1.110.062	762.098	1.984.251

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2025						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	98.412	146.254	24.419	428.130	542.540	1.239.755
Prestamista	3.462	53.345	76	62.590	268.587	388.060
Acidentes pessoais	3.234	12.143	6.228	176.666	93.799	292.070
Vida individual	2.102	8.080	10.101	124.710	7.955	152.948
Rural	-	-	-	1.397	125.195	126.592
Outros	181	3.018	70	4.263	984	8.516
Total seguros	107.391	222.840	40.894	797.756	1.039.060	2.207.941
Previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Total previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373
--------------------------	---------------	---------------	--------------	------------------	----------------	------------------

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2026						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	82.908	167.037	28.705	437.894	616.617	1.333.161
Prestamista	4.007	66.426	1.766	84.867	292.414	449.480
Acidentes pessoais	4.030	10.898	9.590	222.633	120.814	367.965
Vida individual	3.914	13.244	10.853	185.173	12.963	226.147
Rural	-	-	-	1.670	127.446	129.116
Outros	180	2.958	69	4.410	821	8.438
Total seguros	95.039	260.563	50.983	936.647	1.171.075	2.514.307
Previdência	31.869	78.528	1.694	1.110.062	762.098	1.984.251
Total previdência	31.869	78.528	1.694	1.110.062	762.098	1.984.251

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2025						
Ramo/região geográfica	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	78.634	145.868	24.311	414.113	536.243	1.199.169
Prestamista	3.462	53.286	76	62.588	260.978	380.390
Acidentes pessoais	3.161	11.931	6.103	172.248	92.867	286.310
Vida individual	1.911	7.257	9.209	114.828	7.226	140.431
Rural	-	-	-	1.397	116.669	118.066
Outros	181	2.895	70	4.137	858	8.141
Total seguros	87.349	221.237	39.769	769.311	1.014.841	2.132.507
Previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373
Total previdência	30.973	45.669	2.433	2.045.198	529.100	2.653.373

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e *stress*. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da Companhia para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica equivalente de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2026, o saldo era de R\$ 14.719 (R\$ 10.483 em 31 de dezembro de 2025).

Em 30 de junho de 2026, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) é de R\$ 1.977.359 (R\$ 1.794.086 em 31 de dezembro de 2025). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 279.782, bruto de tributos e R\$ 167.869, líquidos de tributos (ganho de R\$ 209.461, bruto de tributos e R\$ 125.676, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2025).

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros estão no não circulante.

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
Categoria		
Custo amortizado	1.329.125	1.298.685
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	1.697.578	1.584.626
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	52.708.102	49.715.202
Total	55.734.805	52.598.513
Circulante	52.718.429	49.719.910
Equivalente de caixa	14.719	10.483
Aplicações financeiras	52.703.710	49.709.427
Não circulante	3.016.376	2.878.603
Aplicações financeiras	3.016.376	2.878.603

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 2,39% da carteira em 30 de junho de 2026 (2,47% em 31 de dezembro em 2025):

	Taxas contratadas	30/06/2026	
		Valor contábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.329.125	1.138.259
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,83%	594.781	421.223
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,52%	672.527	661.882
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,69%	61.817	55.154
Total		1.329.125	1.138.259
Não circulante		1.329.125	1.138.259

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas contratadas	31/12/2025	
		Valor contábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.298.685	1.135.414
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,83%	575.697	429.125
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,5%	659.869	649.922
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,63%	63.119	56.367
Total		1.298.685	1.135.414
Não circulante		1.298.685	1.135.414

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento em até cinco anos	679.514	10.119
Vencimento acima de cinco anos	649.611	1.288.566
Total	1.329.125	1.298.685

5.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representa 3,05% da carteira em 30 de junho de 2026 (3,01% em 31 de dezembro em 2025):

	Taxas contratadas	30/06/2026	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.697.578	1.977.359
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,12%	1.359.212	1.591.817
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 5,12%	189.621	208.948
Letras Financeiras – LF	IPCA + 5,34%	148.745	176.594
Total		1.697.578	1.977.359
Circulante		11.495	11.685
Não circulante		1.686.083	1.965.674

	Taxas contratadas	31/12/2025	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		1.584.626	1.794.087
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,01%	1.256.237	1.421.347
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 5,11%	186.194	206.381
Letras Financeiras – LF	IPCA + 5,34%	142.195	166.359
Total		1.584.626	1.794.087
Circulante		5.936	6.107
Não circulante		1.578.690	1.787.980

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento em até um ano	11.495	5.936
Vencimento em até cinco anos	416.631	81.226
Vencimento acima de cinco anos	1.269.452	1.497.464
Total	1.697.578	1.584.626

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 94,57% da carteira em 30 de junho de 2026 (94,52% em 31 de dezembro em 2025):

	Taxas contratadas	30/06/2026	
		Valor contábil	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		52.181.789	52.181.789
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)		51.002.257	51.002.257
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	SELIC	466.047	466.047
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,26%	32.382	32.382
Letras Financeiras – LF	117% da SELIC	921	921
Debêntures – CDI	CDI + 3,26%	12.830	12.830
Debêntures – IPCA	IPCA + 8,64%	482.927	482.927
Debêntures – PRÉ	11,16%	3.988	3.988
Operações compromissadas	SELIC	132.285	132.285
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa		14.719	14.719
Certificados de Depósito Bancário – CDB		35.129	35.129
Ações		1	1
Outros (**)		(1.697)	(1.697)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)		1.169	1.169
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		525.144	525.144
Total		52.708.102	52.708.102
Circulante		52.706.934	52.706.934
Não circulante		1.168	1.168

	Taxas contratadas	31/12/2025	
		Valor contábil	Valor justo
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos		49.064.433	49.064.433
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)		47.995.950	47.995.950
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	SELIC	468.247	468.247
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B		31.055	31.055
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI		1.996	1.996
Letras Financeiras – LF		895	895
Debêntures – CDI	4,71%	13.357	13.357
Debêntures – IPCA	CDI + 3,61%	470.364	470.364
Debêntures – PRÉ	IPCA + 8,51%	4.168	4.168
Operações compromissadas	14,03%	74.295	74.295
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa		10.483	10.483
Certificados de Depósito Bancário – CDB	SELIC	5.125	5.125

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações	1	1
Outros (**)	(1.020)	(1.020)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	1.228	1.228
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	639.058	639.058
Total	49.715.202	49.715.202
Circulante	49.713.974	49.713.974
Não circulante	1.228	1.228

(*) A composição dos fundos exclusivos PGBl/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 48,86% da carteira em 30 de junho de 2026 (44,89% em 31 de dezembro de 2025), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

(**) Outras aplicações se referem ao montante de contas a pagar e receber dos fundos exclusivos incluindo os fundos previdenciários.

	30/06/2026	31/12/2025
Sem vencimento	12.863.754	9.576.160
Vencimento em até um ano	8.129.588	10.764.584
Vencimento em até cinco anos	21.385.607	20.381.472
Vencimento acima de cinco anos	10.329.153	8.992.986
Total	52.708.102	49.715.202

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.280.886	1.097.109	51.417.806	53.795.801
(+) Aplicações	18.318	452.740	17.528.524	17.999.582
(-) Resgates	(130.472)	(139.678)	(26.117.180)	(26.387.330)
(+) Rendimentos	129.953	153.968	6.886.052	7.169.973
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	20.487	-	20.487
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.298.685	1.584.626	49.715.202	52.598.513
(+) Aplicações	-	118.906	7.427.154	7.546.060
(-) Resgates	(50.487)	(52.595)	(7.166.050)	(7.269.132)
(+) Rendimentos	80.927	116.963	2.731.796	2.929.686
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	(70.322)	-	(70.322)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.329.125	1.697.578	52.708.102	55.734.805

Os resgates mensurados ao custo amortizado referem-se ao fluxo de pagamento dos ativos classificados nessa categoria.

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 – que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo; e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	1.267.308	61.817	1.329.125
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.267.308	61.817	1.329.125
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	594.781	-	594.781
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	672.527	-	672.527
Debêntures de distribuição pública	-	61.817	61.817
VJORA	1.548.833	148.745	1.697.578
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.548.833	148.745	1.697.578
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.359.212	-	1.359.212
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	189.621	-	189.621
Letras Financeiras – LF	-	148.745	148.745
VJR	498.429	52.209.673	52.708.102
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	498.429	51.683.360	52.181.789
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	-	51.002.257	51.002.257
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	466.047	-	466.047
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	32.382	-	32.382
Letras Financeiras – LF	-	499.745	499.745
Debêntures	-	921	921
Operações compromissadas	-	132.285	132.285
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	35.129	35.129
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	-	14.719	14.719
Ações	-	1	1
Outros	-	(1.697)	(1.697)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	-	1.169	1.169
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	525.144	525.144
Total	3.314.570	52.420.235	55.734.805

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	1.235.566	63.119	1.298.685
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.235.566	63.119	1.298.685
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	575.697	-	575.697
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	659.869	-	659.869
Debêntures de distribuição pública	-	63.119	63.119
VJORA	1.442.431	142.195	1.584.626

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	1.442.431	142.195	1.584.626
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.256.237	-	1.256.237
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	186.194	-	186.194
Letras Financeiras – LF	-	142.195	142.195
VJR	499.302	49.215.900	49.715.202
Quotas de fundos de investimento – exclusivos e ativos diretos	499.302	48.575.614	49.074.916
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)	-	47.995.950	47.995.950
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	468.247	-	468.247
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	31.055	-	31.055
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	1.996	1.996
Letras Financeiras – LF	-	895	895
Debêntures	-	487.889	487.889
Operações compromissadas	-	74.295	74.295
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	-	10.483	10.483
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	5.125	5.125
Ações	-	1	1
Outros	-	(1.020)	(1.020)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	-	1.228	1.228
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	639.058	639.058
Total	3.177.299	49.421.214	52.598.513

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

30/06/2026				
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	2
DI1	Comprado	01/04/2027	CDI	3
DI1	Vendido	01/07/2027	CDI	3
DI1	Comprado	01/10/2027	CDI	5
DI1	Vendido	03/01/2028	CDI	3
DI1	Comprado	03/07/2028	CDI	1
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	4
DI1	Vendido	02/04/2029	CDI	2
DI1	Comprado	02/07/2029	CDI	8
DI1	Vendido	02/01/2030	CDI	4
DI1	Vendido	02/01/2031	CDI	3.539

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DI1	Comprado	02/01/2032	CDI	3
DI1	Vendido	02/01/2035	CDI	1
DAP	Comprado	17/08/2026	DlxIPCA	149.950
DAP	Comprado	17/05/2027	DlxIPCA	65.636
DAP	Comprado	15/08/2028	DlxIPCA	80.706
DAP	Comprado	15/05/2029	DlxIPCA	4.550
DAP	Vendido	15/08/2030	DlxIPCA	20.974
DAP	Comprado	15/05/2031	DlxIPCA	9.980
DAP	Vendido	16/08/2032	DlxIPCA	125.324
DAP	Vendido	16/05/2033	DlxIPCA	66.175
DAP	Vendido	15/05/2035	DlxIPCA	51.691
DAP	Comprado	15/08/2040	DlxIPCA	1.611

31/12/2025

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Exposição (notional)
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	1
DI1	Vendido	01/07/2027	CDI	2
DI1	Comprado	03/01/2028	CDI	2
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	4
DI1	Comprado	02/01/2029	CDI	13.899
DI1	Vendido	02/04/2029	CDI	2
DI1	Comprado	02/07/2029	CDI	7
DI1	Vendido	02/01/2030	CDI	4
DI1	Comprado	02/01/2031	CDI	5.446
DI1	Comprado	02/01/2032	CDI	2
DI1	Comprado	03/01/2033	CDI	4.159
DI1	Vendido	02/01/2037	CDI	1
DAP	Comprado	17/05/2027	IPCA	74.047
DAP	Vendido	15/05/2029	IPCA	6.045
DAP	Vendido	16/05/2033	IPCA	48.151
DAP	Vendido	15/05/2035	IPCA	36.832
DAP	Comprado	17/08/2026	IPCA	147.105
DAP	Comprado	15/08/2028	IPCA	79.144
DAP	Vendido	15/08/2030	IPCA	33.434
DAP	Vendido	16/08/2032	IPCA	121.491
DAP	Comprado	15/08/2040	IPCA	1.618

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
Vida em grupo	298.179	281.207
Prestamistas	72.220	187.851
Acidentes pessoais	76.134	71.795
Vida individual	59.862	45.080
Rural	23.049	24.908
Outros	103	97
Total de prêmios a receber bruto (*)	529.547	610.938

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável	(9.258)	(10.685)
Total de prêmios a receber	520.289	600.253

(*) Em 30 de junho de 2026, R\$ 265.659 (R\$ 327.993 em 31 de dezembro de 2025) referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	610.938	405.151
(+) Prêmios emitidos	3.039.272	6.014.727
(+) IOF	13.995	23.710
(-) Prêmios cancelados	(178.264)	(502.112)
(-) Recebimentos	(2.956.394)	(5.330.538)
Prêmios a receber bruto	529.547	610.938
Movimentação da redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(10.685)	(18.743)
(-) Constituição	(56.367)	(153.753)
(+) Reversão	57.794	161.811
Provisão para redução ao valor recuperável	(9.258)	(10.685)
Prêmios a receber líquidos	520.289	600.253

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias	452.919	(244)	452.675	567.120	(1.076)	566.044
Vencidos						
1 até 30 dias	45.191	(456)	44.735	29.632	(1.342)	28.290
31 até 60 dias	20.707	(209)	20.498	4.860	(220)	4.640
61 até 120 dias	1.561	(517)	1.044	1.548	(825)	723
121 até 180 dias	734	(243)	491	623	(332)	291
181 até 360 dias	1.447	(601)	846	683	(418)	265
Mais de 360 dias	6.988	(6.988)	-	6.472	(6.472)	-
Total	529.547	(9.258)	520.289	610.938	(10.685)	600.253

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico revisado, no mínimo, semestralmente, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, conforme nota 3.10.1.2.

7. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Sinistros pagos a recuperar	64.215	74.544
Redução ao valor recuperável	(2.974)	(3.186)
Total	61.241	71.358

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador:

Tipo de ressegurador	Rating	30/06/2026			31/12/2025		
		Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido	Valor a recuperar	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido
Admitido	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	1.851	(1.197)	654	1.464	(1.067)	397
Admitido	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	2.457	(294)	2.163	6.967	(239)	6.728
Eventual	A- pela <i>Standard & Poor's</i>	38	(26)	12	40	(27)	13
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	475	(34)	441	772	(64)	708
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	27.008	(1.198)	25.810	19.185	(1.737)	17.448
Local	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	15.276	(17)	15.259	34.663	(39)	34.624
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	17.110	(208)	16.902	11.453	(13)	11.440
Total		64.215	(2.974)	61.241	74.544	(3.186)	71.358

8. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 121.458 em 30 de junho de 2026 (R\$ 109.040 em 31 de dezembro de 2025). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

9. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	66.041	59.056
Recuperação de indenização de sinistro	73.723	69.755
Prêmio de resseguro diferido	25.301	65.458
Redução ao valor recuperável	(185)	(208)
Total	164.880	194.061
Circulante	113.161	130.428
Não circulante	51.719	63.633

10. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum.

	30/06/2026	31/12/2025
Dividendos	1.679	1.679
Créditos a receber	25.234	25.208
Total	26.913	26.887

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	30/06/2026	31/12/2025
Imposto de renda	13.252	13.242
Contribuição social	6.838	6.838
COFINS	1.166	1.166
PIS	110	110
Outros	9.587	7.940
Total	30.953	29.296

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

	Saldo em 01/01/2026	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 30/06/2026
Imposto de renda diferido	159.859	76.271	(97.190)	138.940
Prejuízos fiscais	24.478	1.301	(17.069)	8.710
Diferenças temporárias	95.390	5.025	(27.383)	73.032
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	52.365	69.945	(52.365)	69.945
Ajuste VJORA	(12.374)	-	(373)	(12.747)
Contribuição social diferida	89.986	45.526	(57.374)	78.138
Base negativa	8.759	543	(9.302)	-
Diferenças temporárias	57.233	3.015	(16.430)	43.818
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	31.418	41.968	(31.418)	41.968
Ajuste VJORA	(7.424)	-	(224)	(7.648)
PIS e COFINS diferidos	51.932	-	(51.932)	-
PIS e COFINS diferidos	51.932	-	(51.932)	-
Total de créditos fiscais diferidos	301.777	121.797	(206.496)	217.078
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	14.712	202.820	(199.621)	17.911
IR debêntures incentivadas	14.712	202.820	(199.621)	17.911
Total de débitos fiscais diferidos	14.712	202.820	(199.621)	17.911
Total de créditos e débitos diferidos	287.065	(81.023)	(6.875)	199.167

	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
Imposto de renda diferido	174.557	100.706	(115.404)	159.859
Prejuízos fiscais	44.766	4.566	(24.854)	24.478
Diferenças temporárias	72.305	43.775	(20.690)	95.390
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	57.486	52.365	(57.486)	52.365
Ajuste VJORA	-	-	(12.374)	(12.374)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contribuição social diferida	102.133	59.028	(71.175)	89.986
Base negativa	24.258	1.345	(16.844)	8.759
Diferenças temporárias	43.383	26.264	(12.414)	57.233
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	34.492	31.419	(34.493)	31.418
Ajuste VJORA	-	-	(7.424)	(7.424)
PIS e COFINS diferidos	47.730	5.567	(1.365)	51.932
PIS e COFINS diferidos	47.730	5.567	(1.365)	51.932
Total de créditos fiscais diferidos	324.420	165.301	(187.944)	301.777
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	4.073	120.145	(109.506)	14.712
IR debêntures incentivadas	4.073	120.145	(109.506)	14.712
Total de débitos fiscais diferidos	4.073	120.145	(109.506)	14.712
Total de créditos e débitos diferidos	320.347	45.156	(78.438)	287.065

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e cíveis, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo fiscal e base negativa		
2026	8.710	100,00%
Total	8.710	100,00%

Diferenças temporárias – 2026 a 2035		
2026	32.204	27,56%
2027	5.983	5,12%
2028	7.058	6,04%
2029	8.331	7,13%
2030	9.815	8,40%
2031 a 2035	53.459	45,75%
Total	116.850	100,00%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	30/06/2026	31/12/2025
Provisão contingências trabalhistas	1.420	1.976
Provisão contingências cíveis	9.256	105.494
Provisão contingências fiscais	10.171	9.510
Redução ao valor recuperável	20.160	21.583
Provisão excedente técnico	26.135	35.408

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fundo de <i>marketing</i>	7.844	8.552
PIS exigibilidade suspensa	40.288	39.040
COFINS exigibilidade suspensa	178.459	172.604
Outras provisões – ágio	10.004	10.004
IR debêntures	17.911	1.107
Obrigações a pagar – provisão	1.173	14.712
Outras receitas – atualização depósito judicial	(132.323)	(124.988)
Participações nos resultados – PLR	101.625	138.488
PIS e COFINS diferidos	-	(51.932)
Total das provisões temporárias	292.123	381.558
Alíquota aplicada - IRPJ – 25%	73.032	95.389
Alíquota aplicada - CSLL – 15%	43.818	57.234
Total	116.850	152.623

12. Outros valores e bens

12.1. Débitos diversos

O arrendamento comporta substancialmente aluguéis de veículos, imóveis e *notebooks* e a amortização conforme nota 3.6, acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês. A movimentação está apresentada a seguir:

	Saldo em 01/01/2026	Adições	Baixas	Pagamento	Amortização	Transferências/ Outros	Apropriação de juros	Saldo em 30/06/2026
Ativo								
Imóveis	238.460	33.518	(379)	-	(15.057)	-	-	256.542
Equipamentos	214	-	-	-	(183)	-	-	31
Veículos	2.107	2.831	(500)	-	(1.032)	-	-	3.406
Total	240.781	36.349	(879)	-	(16.272)	-	-	259.979
Passivo								
Circulante	29.516	2.839	(851)	(18.407)	-	17.688	1.557	32.342
Não circulante	221.268	20.686	-	-	-	(4.768)	-	237.186
Total	250.784	23.525	(851)	(18.407)	-	12.920	1.557	269.528

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Pagamento	Amortização	Transferências/ Outros	Apropriação de juros	Saldo em 31/12/2025
Ativo								
Imóveis	239.763	29.451	(2.486)	-	(28.268)	-	-	238.460
Equipamentos	580	-	-	-	(366)	-	-	214
Veículos	3.113	1.082	(122)	-	(1.966)	-	-	2.107
Total	243.456	30.533	(2.608)	-	(30.600)	-	-	240.781
Passivo								
Circulante	26.634	5.235	(1.875)	(34.453)	-	30.440	3.535	29.516
Não circulante	226.892	25.054	(684)	-	-	(29.994)	-	221.268
Total	253.526	30.289	(2.559)	(34.453)	-	446	3.535	250.784

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimentos

13.1 Composição dos investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras. A composição desses investimentos é a seguinte:

Investimentos	Quantidade de Ações		Quantidade de Cotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais	Total das Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN										30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Icatu Capitalização S.A.	810.894.586	-	-	100,00%	3.186.631	2.879.835	60.850	211.484	245.946	1.037.053	33.218	245.946	244.435	33.218	34.076
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799	12.833.569	-	16,6969%	14.009.955	11.610.112	1.439.254	403.000	960.589	3.402.983	156.022	160.390	175.247	26.050	21.319
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	2.000	-	-	100,00%	645.294	524.961	16.863	2.000	103.470	188.700	97.793	103.470	19.938	97.794	111.148
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	-	100,00%	7.098	12	2.381	4.699	4.705	-	16	4.705	4.689	16	61
Itumbiara Participações Ltda.	-	-	6.025.873	44,89%	12.330	94	-	13.424	12.236	-	(347)	5.489	5.645	(156)	(89)
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	-	-	100,00%	23.098	2.586	160	12.000	20.352	-	669	20.352	19.683	669	6.302
Icatu Correspondente Bancário Ltda.	-	-	100.000	100,00%	2.673	55	-	100	2.618	1.145	452	2.618	2.166	452	385
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	(1)
Total das Participações Acionárias												542.973	471.806	158.043	173.201
Outros investimentos (*)												92	92	-	-
Total de investimentos/resultado patrimonial												543.065	471.898	158.043	173.201

(*) Obras de arte.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2026
Icatu Capitalização S.A.	227.637	-	-	(64.552)	1.645	79.705	244.435	(29.277)	(2.430)	33.218	245.946
Brasilcap Capitalização S.A.	134.200	-	-	(15.988)	18	57.017	175.247	(40.907)	-	26.050	160.390
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	20.672	47.798	-	(272.099)	4.418	219.149	19.938	(13.595)	(667)	97.794	103.470
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	4.550	-	-	-	-	139	4.689	-	-	16	4.705
Itumbiara Participações Ltda.	6.023	-	-	-	-	(378)	5.645	-	-	(156)	5.489
Icatu Assessoria S.A.	47.798	-	(47.798)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vanguardacap Capitalização S.A.	14.293	-	-	(1.678)	-	7.068	19.683	-	-	669	20.352
Icatu Correspondente Bancário	1.437	-	-	-	-	729	2.166	-	-	452	2.618
Outras participações societárias	4	-	-	-	-	(1)	3	-	-	-	3
Total	456.614	47.798	(47.798)	(354.317)	6.081	363.428	471.806	(83.779)	(3.097)	158.043	542.973

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/06/2026	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 30/06/2026
Equipamentos	20%	17.695	12.218	(3)	-	(3.103)	26.807
Móveis, máquinas e utensílios	10%	4.760	866	(13)	4	(460)	5.157
Outras imobilizações (*)	20%	5.048	1.429	-	-	(2.433)	4.044
Imobilizado em andamento	-	991	2.791	-	(4)	-	3.778
Total		28.494	17.304	(16)	-	(5.996)	39.786

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Equipamentos	20%	11.843	11.212	(6)	-	(5.354)	17.695
Móveis, máquinas e utensílios	10%	5.250	406	(6)	-	(890)	4.760
Outras imobilizações (*)	20%	10.606	870	-	46	(6.474)	5.048
Imobilizado em andamento	-	45	992	-	(46)	-	991
Total		27.744	13.480	(12)	-	(12.718)	28.494

(*) Referem-se a benfeitorias.

15. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/06/2026	Adições	Reclassificação	Amortização	Saldo em 30/06/2026
Desenvolvidos internamente		193.301	14.385	-	(7.958)	199.728
Marcas e patentes	-	71	-	-	-	71
Sistemas de computação	10 a 20%	53.257	-	66.308	(7.958)	111.607
Sistemas em desenvolvimento	-	139.973	14.385	(66.308)	-	88.050
Adquiridos de terceiros		270.546	45.797	-	(10.497)	305.846
Sistemas de computação	20%	119.924	657	-	(5.193)	115.388
Balcão de vendas (*)	-	150.622	45.140	-	(5.304)	190.458
Total		463.847	60.182	-	(18.455)	505.574

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/01/2025	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Desenvolvidos internamente		176.536	34.742	(8.866)	-	(9.111)	193.301
Marcas e patentes	-	71	-	-	-	-	71
Sistemas de computação	10 a 20%	22.946	1.420	(4.860)	42.862	(9.111)	53.257
Sistemas em desenvolvimento	-	153.519	33.322	(4.006)	(42.862)	-	139.973
Adquiridos de terceiros		292.181	231	-	-	(21.866)	270.546
Sistemas de computação	20%	130.951	231	-	-	(11.258)	119.924
Balcão de vendas (*)	-	161.230	-	-	-	(10.608)	150.622
Total		468.717	34.973	(8.866)	-	(30.977)	463.847

(*) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Banese, Meu Tudo e XP CCTVM, esses dois últimos a partir do primeiro semestre de 2026. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que varia de 5 a 20 anos.

16. Obrigações a pagar e outras contas a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

16.1. Obrigações a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	12.304	7.042
Participação nos lucros a pagar (a)	25.054	39.659
Pagamentos a realizar (b)	17.505	28.632

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras – portabilidades e PGBL (c)	713	11.919
Provisão fundo de <i>marketing</i> (d)	7.844	8.552
Obrigações a pagar – campanhas (e)	-	237
Outras contas a pagar (f)	738	9.619
Passivo circulante	64.158	105.660
Participação nos lucros a pagar (a)	76.571	98.829
Passivo não circulante	76.571	98.829
Total	140.729	204.489

(a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda;

(c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades;

(d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com *marketing*, em percentuais definidos em contratos com parceiros;

(e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte;

(f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários;

16.2. Outras contas a pagar

	30/06/2026	31/12/2025
Outras contas a pagar (a)	197.978	180.922
Outros pagamentos a efetuar (b)	24.976	23.303
Total passivo circulante	222.954	204.225

(a) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de resultados decorrentes de superávit; e

(b) São valores a pagar, referentes a divisão de resultados, conforme acordo contratual com os parceiros *Swiss Life* e *Insurope*.

17. Impostos e encargos sociais a recolher

São valores apurados e devidos, referentes a tributos e encargos sociais, com exigibilidade no curto prazo:

	30/06/2026	31/12/2025
IR retido na fonte a recolher	16.920	36.257
Impostos sobre serviços a recolher	3.851	4.147
Impostos sobre operações financeiras	9.465	8.431
Contribuições previdenciárias	5.735	6.298
Outros impostos e encargos sociais a recolher	5.098	5.383
Total	41.069	60.516

18. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	30/06/2026	31/12/2025
IR	6.987	3.052
CSLL	6.720	3.309
COFINS	12.376	12.539
PIS	2.011	2.037
Outros impostos	1	1
Outras contribuições	4	1
Total	28.099	20.939

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Débitos das operações – operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para àqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de cosseguro cedido emitido	2.396	1.246
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	5.527	4.985
Redução ao valor recuperável	(10)	-
Total de operações com seguradoras	7.923	6.231

	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios de resseguro cedido emitido	35.088	103.963
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	35.696	32.656
Total de operações com resseguradoras	70.784	136.619

	30/06/2026	31/12/2025
Comissões riscos emitidos diretos (*)	43.223	35.439
Comissões a pagar e RVNE	116.224	146.184
Pró-labore emitido	34.589	78.410
Pró-labore a pagar	4.343	7.337
Outros	167	238
Total de corretores de seguros e resseguros	198.546	267.608

(*) No primeiro semestre de 2026, a Companhia constituiu R\$ 5.229 (R\$ 5.671 em 31 de dezembro de 2025) de redução ao valor recuperável de comissões a pagar com base em estudo técnico. A avaliação da Companhia indica que a expectativa de não recebimento do prêmio deve ser considerada na expectativa de não pagamento ao respectivo corretor, minimizando os impactos da perda estimada.

20. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2026	31/12/2025
1 até 30 dias	85.682	78.426
31 até 60 dias	3.430	4.575
61 até 120 dias	3.130	1.004
121 até 180 dias	371	699
181 até 365 dias	1.620	2.709
Mais de 365 dias	311	3.251
Total	94.544	90.664

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - seguros	30/06/2026				31/12/2025			
	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
Circulante								
Prêmios não ganhos	857.390	7.949	-	865.339	803.357	7.614	-	810.971
Prêmios não ganhos - RVNE	113.037	-	-	113.037	164.290	-	-	164.290
Sinistros a liquidar administrativo	295.867	5.549	-	301.416	296.110	4.755	-	300.865
Sinistros a liquidar judicial	17.315	485	935	18.735	19.523	506	-	20.029
Sinistros ocorridos mas não avisados	402.346	40.079	-	442.425	399.285	32.731	-	432.016
Benefícios a conceder	4.228	56.820	4.900.814	4.961.862	55	955	4.621.245	4.622.255
Benefícios concedidos	-	19	13.942	13.961	-	21	13.260	13.281
Excedente financeiro	-	-	570	570	-	-	137	137
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3.135	74	-	3.209	3.272	84	-	3.356
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	46	71	53	170	27	58	3	88
Excedente técnico	60.341	-	-	60.341	41.359	-	-	41.359
Resgates e/ou outros valores a regularizar	1.891	10.644	54.729	67.264	2.439	8.035	45.865	56.339
Total circulante	1.755.596	121.690	4.971.043	6.848.329	1.729.717	54.759	4.680.510	6.464.986
Não circulante								
Prêmios não ganhos	938.631	-	-	938.631	893.631	-	-	893.631
Sinistros a liquidar administrativo	7.061	132	-	7.193	7.067	113	-	7.180
Sinistros a liquidar judicial	150.664	4.221	-	154.885	169.871	4.401	-	174.272
Sinistros ocorridos mas não avisados	201.174	9.539	-	210.713	224.967	8.962	-	233.929
Benefícios a conceder	27.878	374.616	25.734.523	26.137.017	27.140	364.395	24.265.909	24.657.444
Benefícios concedidos	-	40	127.156	127.196	-	45	124.018	124.063
Excedente financeiro	-	-	171	171	-	-	117	117
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	17.069	466	-	17.535	19.026	614	-	19.640
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	320	1.037	14	1.371	320	1.042	15	1.377
Total não circulante	1.342.797	390.051	25.861.864	27.594.712	1.342.022	379.572	24.390.059	26.111.653
Total	3.098.393	511.741	30.832.907	34.443.041	3.071.739	434.331	29.070.569	32.576.639

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026				31/12/2025			
	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Custos de aquisição diferidos – seguros								
Circulante	463.623	21.739	4.672	490.034	473.102	20.262	4.724	498.088
Não circulante	489.192	44.691	15.856	549.739	471.009	45.075	16.272	532.356
Total	952.815	66.430	20.528	1.039.773	944.111	65.337	20.996	1.030.444

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 01/01/2026	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2026
Prêmios não ganhos	1.704.602	258.926	(159.558)	-	1.803.970
Prêmios não ganhos – RVNE	164.290	74.254	(125.507)	-	113.037
Sinistros a liquidar	502.346	1.477.042	(1.486.929)	(10.230)	482.229
Sinistros ocorridos mas não avisados	665.945	129.666	(142.473)	-	653.138
Benefícios a conceder	29.279.699	3.372.408	(3.160.368)	1.607.140	31.098.879
Benefícios concedidos	137.344	5.497	(8.343)	6.659	141.157
Excedente financeiro	254	873	(478)	92	741
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	22.996	9.681	(11.933)	-	20.744
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	1.465	504	(428)	-	1.541
Excedente técnico	41.359	28.015	(9.033)	-	60.341
Resgates e/ou outros valores a regularizar	56.339	268.820	(258.873)	978	67.264
Total	32.576.639	5.625.686	(5.363.923)	1.604.639	34.443.041

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 01/01/2025	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Prêmios não ganhos	1.367.442	513.835	(176.675)	-	1.704.602
Prêmios não ganhos – RVNE	96.587	203.759	(136.056)	-	164.290
Sinistros a liquidar	459.311	2.881.033	(2.855.726)	17.728	502.346
Sinistros ocorridos mas não avisados	610.327	153.502	(97.884)	-	665.945
Benefícios a conceder	30.210.323	8.893.694	(13.899.164)	4.074.846	29.279.699
Benefícios concedidos	125.415	16.726	(15.188)	10.391	137.344
Excedente financeiro	43	1.550	(1.481)	142	254
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	7.954	25.503	(10.461)	-	22.996
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	990	3.671	(3.196)	-	1.465
Excedente técnico	29.076	29.249	(16.966)	-	41.359
Resgates e/ou outros valores a regularizar	83.030	1.301.999	(1.328.820)	130	56.339
Total	32.990.498	14.024.521	(18.541.617)	4.103.237	32.576.639

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2026	Constituições	Amortizações	Saldo em 30/06/2026
Custo de aquisição diferido	1.030.444	1.041.392	(1.032.063)	1.039.773
Total	1.030.444	1.041.392	(1.032.063)	1.039.773

	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025
Custo de aquisição diferido	776.277	1.497.207	(1.243.040)	1.030.444
Total	776.277	1.497.207	(1.243.040)	1.030.444

21.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 5% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Variável	Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		30/06/2026		31/12/2025	
		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 5% na sinistralidade	(37.622)	(33.249)	(36.153)	(33.114)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	37.622	33.249	36.153	33.114

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e pró-labores, estão classificados no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - previdência complementar	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	686	2	688	643	2	645
Prêmios não ganhos – RVNE	24	-	24	17	-	17
Benefícios a conceder	3.315.678	17.407.314	20.722.992	3.116.978	16.364.137	19.481.115
Benefícios concedidos	95.244	772.341	867.585	87.659	714.147	801.806
Sinistros a liquidar administrativo	306	-	306	386	-	386
Sinistros a liquidar judicial	931	-	931	466	-	466
Excedente financeiro	2.290	6.664	8.954	1.830	6.476	8.306
Eventos ocorridos mas não avisados	2.640	-	2.640	2.591	-	2.591
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	16	-	16	147	-	147
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	81	20	101	9	24	33
Resgates e/ou outros valores a regularizar	91.303	-	91.303	79.010	-	79.010
Total	3.509.199	18.186.341	21.695.540	3.289.736	17.084.786	20.374.522

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Custo de aquisição diferidos	1.969	18.682	20.651	1.764	15.718	17.482
Total	1.969	18.682	20.651	1.764	15.718	17.482

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2026	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2026
Prêmios não ganhos	645	2.006	(1.963)	-	688
Prêmios não ganhos – RVNE	17	12	(5)	-	24
Benefícios a conceder	19.481.115	2.126.715	(1.949.370)	1.064.532	20.722.992
Benefícios concedidos	801.806	79.133	(58.653)	45.299	867.585
Sinistros a liquidar	852	4.569	(4.112)	(72)	1.237
Excedente financeiro	8.306	2.911	(2.825)	562	8.954
Eventos ocorridos mas não avisados	2.591	2.086	(2.037)	-	2.640
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	147	21	(152)	-	16
Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	33	228	(160)	-	101
Resgates e/ou outros valores a regularizar	79.010	177.181	(166.448)	1.560	91.303
Provisão complementar de cobertura	-	1.907	(417)	(1.490)	-
Total	20.374.522	2.396.769	(2.186.142)	1.110.391	21.695.540

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2025	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Prêmios não ganhos	667	456	(478)	-	645
Prêmios não ganhos – RVNE	33	23	(39)	-	17
Benefícios a conceder	20.250.921	4.705.564	(8.161.357)	2.685.987	19.481.115
Benefícios concedidos	690.625	149.849	(94.645)	55.977	801.806
Sinistros a liquidar	872	6.708	(6.831)	103	852
Excedente financeiro	7.176	3.175	(3.044)	999	8.306
Eventos ocorridos mas não avisados	2.590	1	-	-	2.591
Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	3	150	(6)	-	147

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para Despesas Relacionadas (PDC)	48	22	(37)	-	33
Resgates e/ou outros valores a regularizar	103.552	823.037	(848.118)	539	79.010
Provisão complementar de cobertura	-	-	(2.690)	2.690	-
Total	21.056.487	5.688.985	(9.117.245)	2.746.295	20.374.522

	Saldo em 01/01/2026	Constituições	Amortizações	Saldo em 30/06/2026
Custo de aquisição diferido	17.482	115.023	(111.854)	20.651
Total	17.482	115.023	(111.854)	20.651

	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025
Custo de aquisição diferido	12.365	162.256	(157.139)	17.482
Total	12.365	162.256	(157.139)	17.482

22.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, resgates e/ou cancelamentos), o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média. Na conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 2% na taxa de juros é considerado uma oscilação representativa frente as médias do mercado.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Variável	Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		31/12/2025		31/12/2025	
		Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Conversão em renda	Aumento de 5% na premissa de conversão em renda	-	-	-	-
Conversão em renda	Redução de 5% na premissa de conversão em renda	-	-	-	-
Taxa de juros (*)	Redução de 2% a.a. na taxa de desconto (ETTJ)	(72.410)	(72.410)	(89.981)	(89.981)
Taxa de juros (*)	Aumento de 2% a.a. na taxa de desconto (ETTJ)	-	-	-	-
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	-	-
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	-	-	-	-
Taxa de desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	-	-
Taxa de desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	-	-	-	-

(*) O impacto da taxa de juros afetará somente o patrimônio líquido, conforme especificado na nota 3.17.2.

Atualmente, a provisão de benefícios a conceder de planos de benefício definido está superavitária, por esse motivo os *stress* realizados nas premissas de conversão em renda, desistência e sobrevivência não apresentaram impacto no resultado.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
No ano do aviso	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.104.149	952.186	1.133.453	1.387.536	1.621.134	866.697	9.541.587
1 ano após o aviso	486.254	458.880	528.336	591.913	663.784	1.196.379	982.511	1.122.581	1.373.269	1.610.820	-	9.014.727
2 anos após o aviso	487.915	463.532	535.403	601.927	675.733	1.208.096	1.001.685	1.136.655	1.390.058	-	-	7.501.004
3 anos após o aviso	495.351	473.187	539.818	612.421	680.407	1.221.151	1.010.302	1.143.055	-	-	-	6.175.692
4 anos após o aviso	503.274	482.561	549.147	616.667	682.941	1.221.199	1.006.795	-	-	-	-	5.062.584
5 anos após o aviso	509.070	486.411	552.939	620.344	688.075	1.224.961	-	-	-	-	-	4.081.800
6 anos após o aviso	513.722	490.409	549.750	623.691	685.046	-	-	-	-	-	-	2.862.618
7 anos após o aviso	518.013	489.967	552.057	619.123	-	-	-	-	-	-	-	2.179.160
8 anos após o aviso	514.208	489.068	550.059	-	-	-	-	-	-	-	-	1.553.335
9 anos após o aviso	514.930	488.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.002.936
10+ anos após o aviso	516.975	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	516.975
Estimativa na data-base (2026) (a)	516.975	488.006	550.059	619.123	685.046	1.224.961	1.006.795	1.143.055	1.390.058	1.610.820	866.697	10.101.595
Pagamentos efetuados (b)	498.592	476.026	539.496	602.843	674.369	1.212.120	989.451	1.123.477	1.362.919	1.551.797	597.846	9.628.936
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	18.383	11.980	10.563	16.280	10.677	12.841	17.344	19.578	27.139	59.023	268.851	472.659
Sinistros pendentes fora da análise (*)												10.807
Sinistros a liquidar total												483.466

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
No ano do aviso	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.027.230	884.468	1.066.950	1.279.233	1.462.524	782.563	8.771.671
1 ano após o aviso	451.363	423.389	474.803	543.951	623.507	1.122.909	921.605	1.066.543	1.266.655	1.458.266	-	8.352.991
2 anos após o aviso	451.672	427.315	480.494	552.462	633.617	1.133.405	934.689	1.080.232	1.282.063	-	-	6.975.949
3 anos após o aviso	457.356	433.995	485.243	561.725	641.861	1.144.469	943.358	1.084.930	-	-	-	5.752.937
4 anos após o aviso	462.835	439.312	492.381	564.708	645.110	1.146.424	942.944	-	-	-	-	4.693.714
5 anos após o aviso	467.127	443.239	494.093	567.251	647.324	1.147.598	-	-	-	-	-	3.766.632
6 anos após o aviso	470.610	444.636	492.792	567.778	646.280	-	-	-	-	-	-	2.622.096
7 anos após o aviso	471.200	443.144	493.758	565.699	-	-	-	-	-	-	-	1.973.801
8 anos após o aviso	463.924	442.845	493.030	-	-	-	-	-	-	-	-	1.399.799
9 anos após o aviso	463.349	441.909	-	-	-	-	-	-	-	-	-	905.258
10+ anos após o aviso	462.605	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	462.605
Estimativa na data-base (2026) (a)	462.605	441.909	493.030	565.699	646.280	1.147.598	942.944	1.084.930	1.282.063	1.458.266	782.563	9.307.887
Pagamentos efetuados (b)	455.989	435.906	484.611	555.356	636.264	1.136.365	926.786	1.066.464	1.256.399	1.406.351	546.974	8.907.465
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	6.616	6.003	8.419	10.343	10.016	11.233	16.158	18.466	25.664	51.915	235.589	400.422
Sinistros pendentes fora da análise (*)												9.321
Sinistros a liquidar total												409.743

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2015 estão contemplados no item "sinistros pendentes fora da análise".

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas - seguros e previdência complementar	56.138.581	52.951.161
Ajustes:		
Depósito judicial	(5.803)	(5.583)
Direito creditório	(143.931)	(260.204)
Custos de aquisição diferidos (redutores)(a)	(804.888)	(717.408)
Provisões técnicas - resseguros (redutores)(b)	(141.023)	(130.601)
Redução ao valor recuperável	185	208
Total a ser coberto	55.043.121	51.837.573
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	55.154	56.367
Letras Financeiras - LF	149.666	143.090
Certificados de Depósito Bancário – CDB	35.129	5.125
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.847	3.597
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	54.759.110	51.576.293
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	525.144	639.058
Equivalente de caixa	14.719	10.483
Total de ativos vinculados	55.542.771	52.434.013
Ativos bloqueio judicial - não vinculado a cobertura de reserva	1.169	1.228
Total de aplicações (c)	55.543.940	52.435.241
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	499.650	596.440

(a) Custos de aquisição diferidos: circulante R\$ 492.003 e não circulante R\$ 568.421, total R\$ 1.060.424 sendo redutores R\$ 804.888 e não redutores R\$ 255.536;

(b) Ativos de resseguro: circulante R\$ 113.161 e não circulante R\$ 51.719, total de R\$ 164.880 sendo redutores R\$ 141.023 e não redutores R\$ 23.857; e

(c) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 190.866 menor que o valor contábil (R\$ 163.271 menor que o valor contábil em 31/12/2025) (nota 5.1.).

25. Provisões judiciais e depósitos judiciais
25.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica “Provisão de Sinistros a Liquidar”, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 21 e 22). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	1.085	131.199	131.199	1.048	155.591	155.591
Possível	4.160	467.287	-	3.873	496.126	-
Remota	11	1.312	-	14	3.685	-
Total	5.256	599.798	131.199	4.935	655.402	155.591

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 01/01/2026	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2026
PSL judicial	155.591	47.333	(27.661)	(33.289)	(10.775)	131.199
Total	155.591	47.333	(27.661)	(33.289)	(10.775)	131.199

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
PSL judicial	139.046	81.392	(22.579)	(58.622)	16.354	155.591
Total	139.046	81.392	(22.579)	(58.622)	16.354	155.591

25.2. Provisões judiciais não relacionadas a sinistros/benefícios

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	9.256	108.494
Trabalhistas	1.420	1.976
Fiscais	228.918	221.154
Total provisões judiciais	239.594	331.624

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, compostos pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios						
30/06/2026			31/12/2025			
Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável (*)	563	9.256	490	108.494	108.494	
Possível	2.133	111.636	1.793	139.586	-	
Remota	8	5.238	9	5.333	-	
Total	2.704	-	2.292	253.413	108.494	

Causas trabalhistas						
30/06/2026			31/12/2025			
Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável	13	1.420	12	1.976	1.976	
Possível	32	7.167	33	7.590	-	
Total	45	8.587	45	9.566	1.976	

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Causas fiscais						
30/06/2026			31/12/2025			
Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	
Provável	12	10.171	21.460	12	9.510	20.502
Possível	37	40.323	207.458	35	38.410	200.652
Remota	1	-	-	1	-	-
Total	50	50.494	228.918	48	47.920	221.154

A seguir, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 01/01/2026	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2026
Cíveis	108.494	4.692	(2.065)	(107.095)	5.230	9.256
Trabalhistas	1.976	148	(1.038)	(18)	352	1.420
Fiscais	221.154	-	-	-	7.764	228.918
Total	331.624	4.840	(3.103)	(107.113)	13.346	239.594

	Saldo em 01/01/2025	Adições	Ajuste	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Cíveis	11.210	109.810	(3.009)	(10.793)	1.276	108.494
Trabalhistas	1.696	1.147	(290)	(741)	164	1.976
Fiscais	206.949	-	(733)	(55)	14.993	221.154
Total	219.855	110.957	(4.032)	(11.589)	16.433	331.624

25.3. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” classificada no ativo não circulante:

	30/06/2026	31/12/2025
Cíveis	24.568	22.584
Trabalhistas	500	416
Fiscais	247.095	241.046
Total	272.163	264.046

A seguir, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 01/01/2026	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2026
Fiscais (*)	241.046	(2.229)	8.278	247.095
Total	241.046	(2.229)	8.278	247.095

	Saldo em 01/01/2025	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Fiscais (*)	224.840	(8)	16.214	241.046
Total	224.840	(8)	16.214	241.046

(*) Principais processos judiciais: PIS/COFINS – Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre – Lei nº 12.973/2014; PIS – Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997; e PIS – Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 675.927 (R\$ 640.350 em 31 de dezembro de 2025), representado por 93.983.477 ações sem valor nominal, sendo 81.472.511 ações ordinárias e 12.510.966 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

26.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2026, as reservas de lucros de R\$ 1.340.492 (R\$ 1.485.957 em 31 de dezembro de 2025), são compostas por:

- (i) A reserva legal de R\$ 135.185 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% considerando a reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor;
- (ii) A reserva estatutária de R\$ 1.205.307 (R\$ 1.350.772 em 31 de dezembro de 2025) contém o montante da reserva estatutária especial, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, quando aplicáveis, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas e investimentos em tecnologia.

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, e a taxa de juros da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2026 era uma perda de R\$ 158.133 (perda de R\$ 113.738 em 31 de dezembro de 2025).

26.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- (a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- (b) No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (c) No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido (a)	2.212.470	2.048.146
Ajustes contábeis (b)	(1.310.893)	(1.282.257)
Participação coligadas e controladas	(542.973)	(471.806)
Despesas antecipadas	(13.959)	(5.342)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(8.710)	(33.237)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(69.755)	(137.509)
Ativos intangíveis	(505.574)	(463.847)
Obras de arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(169.830)	(170.424)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	350.618	371.883
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos mensurados ao custo amortizado	(115.232)	(98.718)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	465.850	470.601
Subtotal PLA – nível	1.252.195	1.137.774
PLA nível 1	647.643	536.051
PLA nível 2	465.850	470.601
PLA nível 3	138.702	131.122
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (d)	(142.507)	(164.947)
PLA (Total) = PL + aj. cont.+ aj. econ. + aj. do exc. de nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	1.109.688	972.825
Capital base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	126.259	122.081
Capital de risco de subscrição	793.751	747.272
Capital de risco de mercado	51.935	53.755
Capital de risco – redução por correlação	(92.862)	(91.963)
Capital de risco – operacional	45.003	42.403
Capital de risco (CR)(b)	924.086	873.548
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	924.086	873.548
Patrimônio líquido ajustado - PLA	1.109.688	972.825
(-) Exigência de capital - CMR	(924.086)	(873.548)
Suficiência de capital - R\$	185.602	99.277
Suficiência de capital (% da EC)	120%	111%

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025		
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b) (g)	26.470	24.720	(4.507)	(1.128)	-	-	(51.059)	(25.243)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b) (g)	-	-	-	-	5.400	38.077	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (c)	-	-	(42)	(37)	62	515	(224)	(441)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b) (g)	-	-	(66)	(6)	11	20	(245)	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b) (g)	-	-	(2)	-	-	-	(11)	-
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b) (g)	1.679	1.679	(2)	(1)	-	1	(11)	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	1.326	1.172	-	-	-	-	(1.453)	(1.626)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	2.120	2.084	(7.031)	(7.828)	20.476	22.345	(45.674)	(49.394)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	(2.495)	(2.417)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Seguridade S.A (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-
Icatu Correspondente Bancário (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-
Provipar Holding S.A. (Controlada) (g)	-	-	-	-	-	-	-	-
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(36.126)	(45.204)
XS4 Capitalização S.A. (Coligada) (j)	195	109	-	-	-	-	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Ligada) (h) (i)	334	1.055	-	-	-	-	(829)	-
Total	32.124	30.819	(11.650)	(9.000)	25.949	60.958	(138.127)	(124.325)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- (b) Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- (c) Valores referentes a taxa de gestão de instrumentos financeiros pela Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- (d) Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas administrativas";
- (e) A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- (f) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários;

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (g) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;
- (h) Saldos em conta corrente;
- (i) Despesas com tarifas bancárias e de arrecadação; e
- (j) Reembolso de sublocação.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramos	30/06/2026			30/06/2025		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	1.387.786	39,09%	31,81%	1.239.756	41,23%	31,28%
Prestamista	455.772	24,43%	43,15%	388.060	24,47%	40,92%
Acidentes pessoais	375.557	26,29%	39,89%	292.071	27,81%	37,75%
Vida individual	239.286	18,12%	36,85%	152.949	27,51%	42,03%
Rural	136.762	25,40%	33,52%	126.592	27,49%	33,23%
Outros	8.869	23,79%	0,41%	8.513	3,14%	0,31%
Total	2.604.032	31,98%	35,41%	2.207.941	34,62%	34,57%

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Vida em grupo	1.436.687	1.255.891	30.594	23.502	1.406.093	1.232.390	97,87%	98,13%	2,13%	1,87%
Prestamista	485.132	459.780	-	-	485.132	459.780	100,00%	100,00%	-	-
Acidentes pessoais	427.764	320.052	5.617	4.669	422.147	315.383	98,69%	98,54%	1,31%	1,46%
Vida individual	294.550	234.293	13.239	13.104	281.311	221.189	95,51%	94,41%	4,49%	5,59%
Rural	143.018	121.104	-	-	143.018	121.104	100,00%	100,00%	-	-
Outros	361	265	116	83	245	182	67,87%	68,68%	32,13%	31,32%
Total	2.787.512	2.391.385	49.566	41.358	2.737.946	2.350.028	98,22%	98,27%	1,78%	1,73%

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2026	30/06/2025
Resseguradora local	49.566	41.358
Total	49.566	41.358

29. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

29.1. Prêmios ganhos – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Prêmios emitidos	2.727.967	2.425.453
Prêmios emitidos direto	2.847.351	2.458.514
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	2.789	5.291
Prêmios cosseguro cedido a congêneres	(59.839)	(67.129)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	(62.334)	28.777
Contribuições para cobertura de riscos	8.503	8.241
Receitas de contribuições planos de repartição simples	3.857	4.061
Receitas de contribuições planos de renda	4.683	4.606
Restituições	(37)	(426)
Variação das provisões técnicas	(132.438)	(225.753)
Variação das provisões técnicas	(132.438)	(225.753)
Total	2.604.032	2.207.941

29.2. Sinistros ocorridos – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Indenizações avisadas	(826.085)	(732.975)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	12.762	(25.897)
Despesas com sinistros	(3.704)	(5.453)
Despesas com benefícios seguro vida individual (-) VGBL	(12.371)	(12.987)
Recuperação de indenizações	13.304	22.671
Outras despesas com sinistros	(16.623)	(9.833)
Total	(832.717)	(764.474)

29.3. Custo de aquisição – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Comissões sobre prêmios emitidos	(713.415)	(625.887)
Recuperação de comissões de cosseguro	15.150	17.215
Variação com despesas de comercialização diferida	9.798	79.283
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(189.447)	(144.781)
Outras despesas de comercialização	(44.110)	(89.076)
Total	(922.024)	(763.246)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.4. Outras despesas operacionais – seguros

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com cobranças	(8.084)	(9.418)
Reversão/(Provisão) para contingências cíveis	3.737	(3.540)
Reversão de provisão para riscos de créditos	1.362	6.449
Outras despesas resultado apólices	(194.056)	(168.624)
Despesas com títulos de capitalização	(29.264)	(26.869)
Outras receitas operacionais	5.027	5.131
Total	(221.278)	(196.871)

29.5. Resultado com operações de resseguros – seguros e previdência

	30/06/2026	30/06/2025
Recuperação de indenização – seguros	70.205	64.376
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	250	-
Prêmio cedido em resseguro – seguros	(49.566)	(41.358)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	6.952	3.761
Variação das provisões técnicas – seguros	(39.845)	(33.790)
Variação das provisões técnicas – previdência	(314)	(286)
Outras receitas com resseguro	1.078	1.955
Total	(11.240)	(5.342)

29.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	1.984.251	2.653.373
Prêmios emitidos	1.133.077	1.918.270
Receitas de contribuições planos de renda	2.443	2.672
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	850.583	733.357
Restituições	(1.852)	(926)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.985.263)	(2.655.071)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.985.263)	(2.655.071)
Total	(1.012)	(1.698)

29.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	30/06/2026	30/06/2025
PPNG – planos de repartição simples	(60)	19
PPNG – planos de repartição simples RVNE	(3)	2
PPNG – planos de renda	16	(14)
PPNG – planos de renda RVNE	(4)	1
PVR – planos de renda	211	104
Provisão com benefícios e resgates	(3.979)	(5.651)
Outras provisões	(2.437)	1.228
Total	(6.256)	(4.311)

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.8. Custo de aquisição – previdência

	30/06/2026	30/06/2025
Comissões sobre prêmios emitidos	(14.003)	(24.398)
Despesas com pró-labore	(18.034)	(21.313)
Outras despesas de comercialização	(6.429)	(2.490)
Total	(38.466)	(48.201)

29.9. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal próprio	(153.046)	(132.248)
Serviços de terceiros	(43.582)	(48.081)
Localização e funcionamento	(107.773)	(85.673)
Publicidade e propaganda	(26.814)	(22.658)
Publicações	(226)	(51)
Donativos e contribuições	(597)	(652)
Despesas administrativas diversas	3.553	608
Total	(328.485)	(288.755)

29.10. Despesas com tributos

	30/06/2026	30/06/2025
Impostos	(7.941)	(6.270)
COFINS	(125.415)	(66.073)
PIS	(20.384)	(10.748)
Taxa de fiscalização	(2.993)	(2.993)
Outras despesas com tributos	(515)	(536)
Total	(157.248)	(86.620)

29.11. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Custo amortizado	80.927	48.197
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	80.927	48.197
VJORA	116.963	73.407
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	116.963	73.407
VJR	3.180.070	3.808.313
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	3.161.444	3.795.521
Títulos de renda fixa	18.626	12.792
Outras receitas financeiras	10.551	8.719
Total – receitas financeiras	3.388.511	3.938.636
VJR	(448.274)	(123.664)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(448.274)	(123.664)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(1.604.639)	(2.188.599)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(1.110.391)	(1.484.207)
Outras despesas financeiras	(23.384)	(15.302)
Total – despesas financeiras	(3.186.688)	(3.811.772)
Total	201.823	126.864

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	522.925	522.925	399.587	399.587
Participação nos lucros e resultados	(46.710)	(46.710)	(49.563)	(49.563)
Base de cálculo	476.215	476.215	350.024	350.024
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	119.054	71.432	87.506	52.504
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(265.984)	(243.173)	(260.483)	(222.809)
Adição permanente – Doações/Patrocínios/Brindes	1.451	1.451	983	983
Equivalência patrimonial	(158.043)	(158.043)	(173.201)	(173.201)
Arrendamento mercantil	2.853	2.853	(1.034)	(1.034)
Debêntures incentivadas	(22.811)	-	(37.674)	-
Participação nos lucros e resultados	(36.863)	(36.863)	(41.291)	(41.291)
Diferenças temporárias	(52.571)	(52.571)	(8.266)	(8.266)
Resultado ajustado	210.231	233.042	89.541	127.215
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(63.069)	(58.391)	(26.862)	(38.165)
Lucro após as compensações	147.162	174.651	62.679	89.050
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(35.984)	(26.197)	(15.138)	(13.358)
Incentivos fiscais	450	-	-	-
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	(38.126)	(22.174)	(19.105)	(13.158)
Despesas com IRPJ/CSLL	(73.660)	(48.371)	(34.243)	(26.516)
Alíquota efetiva – resultado antes dos tributos	15,47%	10,16%	9,78%	7,58%

31. Eventos subsequentes
31.1. Ação Declaratória nº 0010361-32.1996.4.03.6100

Em julho de 2026, foram proferidas decisões no âmbito da Ação Declaratória nº 0010361-32.1996.4.03.6100, relacionada à discussão da incidência do PIS sobre receitas operacionais auferidas entre janeiro de 1996 e junho de 1997. Em conformidade com o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, os recursos pendentes foram rejeitados, restando apenas o trânsito em julgado da referida ação.

Considerando o estágio atual da demanda, a Administração decidiu por promover a recuperação da parcela dos depósitos judiciais passível de restituição e a baixa das provisões relacionadas ao processo quando da conclusão dos procedimentos judiciais aplicáveis. Como resultado, a Companhia estima o reconhecimento de uma despesa líquida de aproximadamente R\$ 485.

31.2 Nova tábua biométrica

A Companhia acompanha a implementação da tábua biométrica BR-EMS 2026, que substituirá a BR-EMS 2021 a partir de 1º de julho de 2026 para fins de projeções atuariais e de fluxos de caixa. Com base nas análises realizadas até a presente data, não foram identificados impactos materiais nas

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

projeções de fluxo de caixa ou nos indicadores de solvência da Companhia. Os efeitos da adoção da nova tábua continuarão sendo monitorados ao longo do segundo semestre de 2026.

ICATU SEGUROS S.A.**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REFERENTE AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026****Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A.****INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria da Icatu Seguros S.A. ("Comitê" ou "Comitê de Auditoria"), também responsável pelo exercício de suas atribuições no âmbito da Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante denominadas, em conjunto, "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, especialmente a Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações, bem como com o Estatuto Social da Icatu Seguros S.A. e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na avaliação da qualidade e da integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e das demais empresas supervisionadas, previamente ao seu encaminhamento ou divulgação, conforme aplicável, incluindo as respectivas notas explicativas e os relatórios da Administração; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) na verificação da qualificação, da independência e da atuação dos auditores independentes; (iv) no acompanhamento da atuação da Auditoria Interna; e (v) no acompanhamento das atividades de gerenciamento de riscos, conformidade e controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, é responsável, entre outras atribuições, por verificar a qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como o cumprimento das políticas e dos normativos estabelecidos, inclusive daqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, conformidade, controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2026 compreenderam:

- Reuniões com executivos e profissionais das seguintes áreas internas: Auditoria Interna, Contabilidade, Tributos, Atuarial, Controladoria, Finanças Corporativas, Investimentos, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos, Conformidade, Prevenção a Perdas e à Lavagem de Dinheiros e Ouvidoria;
- Revisão do plano anual e acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, ainda, a implementação dos planos de ação destinados à mitigação das deficiências e ao tratamento das oportunidades de melhoria nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos;

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ciência dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no primeiro semestre de 2026, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados, na forma da regulamentação em vigor;
- Ciência dos relatórios emitidos pelas áreas de Segurança da Informação, Auditoria Interna, Sustentabilidade e Gestão de Riscos, na forma da regulamentação aplicável;
- Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;
- Ciência dos Demonstrativos de Apetite a Risco disponibilizados no período, tendo verificado que a Icatu Seguros S.A. e as demais empresas supervisionadas se encontravam dentro dos limites de apetite a risco estabelecidos pela Administração nas datas-base analisadas;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;
- Reunião realizada com os membros da Diretoria, na qual foram apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê ao longo do primeiro semestre de 2026, incluindo seus comentários, principais conclusões e recomendações, bem como sua avaliação acerca das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026; e
- Reporte ao Conselho de Administração dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, incluindo seus comentários, principais conclusões e recomendações, bem como de sua avaliação acerca das demonstrações financeiras intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e das correspondentes notas explicativas, bem como os resultados dos trabalhos realizados pelos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e das demais empresas supervisionadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados de forma a propiciar o adequado registro e controle de suas operações e a observância dos normativos internos e das disposições legais e regulatórias aplicáveis. Nesse contexto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras intermediárias para divulgação.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2026.

João Alceu Amoroso Lima

Presidente do Comitê

Laenio Pereira dos Santos

Membro do Comitê

Natal Julio De Luca

Membro do Comitê

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Alexandre Petrone Vilardi

Luciano Snel Corrêa

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

César Luiz Salazar Saut

Marcio de Moraes Palmeira

Rachel Ferreira Bonel

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu

MIBA nº 1.394